

# **TOPONÍMIA DOS ESPAÇOS EXTERIORES E EDIFICAÇÕES DE CONJUNTOS HABITACIONAIS POPULARES - VELHOS NOMES PARA NOVOS LUGARES**

***MEDVEDOVSKI. Nirce Saffer(1)***

(1) Arquiteta, Msc.- UFRGS, Doutoranda FAUUSP, Professor Adjunto FAU-UFPEL  
Rua XV de Novembro, 209 ,CEP 96015 - 000, Pelotas - RS  
Tel./fax: (0532) 786080, E-mail: nirce@ufpel.tche.br

## **RESUMO**

Este estudo busca analisar a denominação das unidades habitacionais e dos elementos urbanos que compõe os espaços exteriores de conjuntos habitacionais populares da década de 80 e suas consequências para a localização de seus usuários no espaço dos mesmos. A toponímia das ruas, praças, quadras, blocos e unidades habitacionais é evidenciada através dos cadastro urbano municipal, dos cadastros das empresas concessionárias da infra-estrutura urbana e de levantamento de campo. As dificuldades de referência e localização do endereço residencial são evidenciados através de entrevistas com os moradores, informantes qualificados (como motoristas de taxi e carteiros) e do endereçamento telefônico.

O cadastro urbano municipal adota o sistema convencional de atribuir nomes de personalidades para as vias e do critério de distância para a numeração das edificações. Entretanto o conjunto habitacional apresenta novos elementos urbanísticos e arquitetônicos, como “passeios” e “habitações em fitas superpostas.” Moradores assinantes da lista telefônica apresentam vários endereços para o mesmo local, como garantia de que serão localizados. Foi constatada a falta de referências concretas ao sítio, à memória ou à orientação geográfica, e a convivência de mais de um sistema de endereçamento, resultando na insatisfação dos usuários e insegurança quanto a sua eficácia. Verifica-se a opção dos moradores pelo sistema que utiliza novos códigos de endereçamento para quadras e blocos, bem como a referência à *marcos* e *nós* na estrutura urbana dos conjuntos, retomando o caráter significativo dos seus elementos urbanos.

## **ABSTRACT**

This study deals with the denomination of urban open space elements and building units in low income housing developments built by the State in the 80's and its consequences for the users wayfinding. The *toponimia* of streets, squares, blocks, paths and dwelling has proved evident in the urban register files, infra stucture companies files and field research. The difficulties of address reference and location have been corroborated by interview with residents,qualified informers (as postman and taxi drives) and telephone directory.

The municipal urban register adopts the conventional system of naming streets after personalities and using distance for numbering buildings. The housing scheme, therefore, presents new urban and architectural elements, such as “restricted acess paths” and “ two level paired blocks”. Residents listed in the telephone directory give several adresses for the same place, to make sure they will be found. The lack of definite references to the site, memory or geografical ocation has been noticed, as well as the coexistence of more than one adress system , which cause residents to be unsatisfied and uncertain about its effetivness. The dweller's preference for the system that uses new codes for numbering squares and blocks has been observed, as well as the reference to landmarks and nodes in housing scheme layout, wich conveys the *significance* of their urban elements

## **1. INTRODUÇÃO**

***“ Nommer les choses, c'est les creer”***

Claire e Michel Duplay, 1985

Este estudo procura evidenciar os problemas de orientação oriundos do sistema de endereçamento residencial. Enfoca os conjuntos habitacionais populares promovido pela COHAB-RS em Pelotas, na década de 80, adotando como estudo de caso o conjunto habitacional Lindóia. Este apresenta um *layout* de fitas de unidades superpostas em dois pavimentos, organizadas em quarteirões, numa proposta de desenho urbano que se pauta na independência da edificação em relação aos limites da parcela em que se situa.

O já familiar sistema de *nomes/números* adotados para os *logradouro/edificações* da cidade figurativa, não mais se mostra eficaz para localizar os usos e os usuários do conjunto no espaço habitacional, evidenciando que novas

propostas urbanísticas, concretizadas em novas formas de organização do espaço habitacional, demandam um novo código de endereçamento.

A *legibilidade* tem sido apontada como um importante atributo de um meio urbano adequado às necessidades e desejos dos grupos humanos que o compartilham. No Brasil, entre os que se debruçam sobre este tema, as conexões dos atributos formais e estruturais dos elementos desenhados à sua capacidade de proporcionar uma maior legibilidade, tem sido enfatizados através do enfoque da *gestalt* (KOLSDORF, 1985). Outros examinam a capacidade comunicativa da forma arquitetônica, com o auxílio do instrumental teórico da *semiologia* (FERRARA, 1993), ou entendem a legibilidade sob a ótica dos *processos cognitivos* que propiciam a formação de imagens mentais do ambiente vivenciado (LEITE de SOUZA, 1995).

Sem dúvida, um dos trabalhos de maior influência no estudo da percepção do meio urbano é o de LYNCH (1960), que coloca a legibilidade de um espaço como uma qualidade vital para estruturar a vida humana nas cidades. Para o autor, a imagem ambiental tem o papel imediato de localizar e permitir o deslocamento dos indivíduos, mas não é menor sua função de balizar a memória da coletividade, de fornecer segurança emocional, servir de ponto de partida para a aquisição de novas informações e do crescimento do indivíduo (LYNCH: 1980, 14-15). TUAN (1980) enfatiza os laços emocionais que nos unem ao espaço, conceituando *topofilia* como o elo afetivo com o lugar.

Os volumes do I e II SEDUR - Seminários de Desenho urbano (1984, 1986), realizados em Brasília, bem como a publicação de DEL RIO e OLIVEIRA (1996) sobre a experiência brasileira relativa à percepção do meio ambiente, fornecem um amplo espectro de trabalhos onde a *legibilidade* é abordada diretamente ou aparece permeando outros temas.

Sob a ótica das relações *ambiente-comportamento*, ao estudar conjuntos habitacionais populares LAY (1992) e DUVAL (1997) evidenciam como o uso e apropriação dos seus espaços abertos são afetados, entre outros fatores, pela legibilidade do *layout* do sítio.

Se os aspectos relativos à forma urbana e a sua percepção tem sido tema recorrente entre os estudiosos do espaço, entretanto os *aspectos simbólicos da comunicação de uma localização* (o fornecer o endereço, de forma oral ou escrita) tem sido menos enfatizados na literatura sobre o tema. Em algumas obras não diretamente voltadas ao tema, este revela-se nas entrelinhas, identificando uma preocupação latente.

LYNCH (1960), nos anexos de *A imagem da cidade*, efetua algumas referências aos sistemas de orientação através da história. É evidenciada a progressiva mudança de um sistema altamente significativo para um sistema mais racional e classificatório de nomes e números. Em 1972, NEWMAN em seu clássico estudo sobre a criminalidade em áreas residenciais, *Defensible Space*, ao analisar a “legibilidade do projeto (dos conjuntos) como um todo”, efetua o comentário de que “O uso do sistema de endereçamento por nomes de ruas como um meio de localizar edifícios numa superquadra é usualmente impossível.” (NEWMAN, 1972: 96-100). HOLSTON em *A Cidade Modernista*, verifica que a “ordem urbana global” de Brasília afetou a orientação dos moradores, aumentando a legibilidade do todo (a imagem da cruz ou do avião), mas diminuindo a das partes, composta de unidades monofuncionais. As unidades de vizinhança “... são consideradas uniformes, indistinguíveis entre si e carentes de qualquer ponto de referência.” (HOLSTON, 1993).

## 2. METODOLOGIA

O conjunto Lindóia estrutura seu espaço através de ruas, praças, quadras, blocos e unidades habitacionais<sup>1</sup>. Para o estudo de caso foi evidenciada a convivência de vários códigos de endereçamento, que combinavam referências à . A origem de cada código foi investigada, bem como mapeados o código proposto no projeto original, resgatado dos arquivos da empresa construtora, e o código utilizado pelo Cadastro Urbano Municipal, procurando evidenciar as regras de denominação e numeração contidas em cada um. Entrevistas com os moradores, informantes qualificados (como motoristas de taxi e carteiros) revelaram dificuldades de referência e localização do endereço residencial e as estratégias adotadas pelos moradores e outros usuários para reforçar a legibilidade residencial. Através do endereçamento telefônico, que registra o endereço conforme fornecido pelo assinante da lista, efetuou-se um terceiro mapeamento dos endereços residenciais, evidenciando o sistema de referências criado pelos próprios moradores. A pesquisa contemplou ainda os sistemas de endereçamento utilizado junto ao Registro de Móveis da 1ª Zona de Pelotas, ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pelotas - SANEP e à Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE.

<sup>1</sup> Para José M. Ressano Garcia LAMAS (1992), em *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, os elementos urbanos são aqueles elementos mínimos reconhecíveis na estrutura urbana, sendo que cada elemento participa em mais de um nível de reconhecimento e estruturação da cidade.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

#### **3.1 A Toponímia oficial: Critérios municipais de denominação e numeração de vias, logradouros e edificações**

Como o sítio da cidade apresenta-se extremamente plano e os elementos em altura divisados na paisagem são pouco expressivos, Pelotas apoia as referências para seu percorrido na força de suas vias principais. A primeira planta de arruamento data de 1815, uma malha ortogonal, lançada na região mais elevada e afastada do rio, mas crescendo inicialmente em sua direção com a incorporação de novas funções econômicas à cidade.

Como em outras cidades brasileiras, os primeiros nomes das vias carregavam uma forte relação com a atividade que nela se desenvolvia ou com os locais aos quais conduzia. A população participava da denominação dos seus lugares, com nomes sugestivos como Rua das Flores, Rua das Fontes, da Igreja, ou da Quitanda, posteriormente denominada do Padeiro. A Av. Domingos de Almeida era a Estrada da Costa, pois aproximava-se do canal que margeia a cidade<sup>2</sup>. A toponímia era uma atividade de consenso.

A partir da última década do século XIX, no Rio Grande do Sul, juntamente com os planos urbanísticos de saneamento e de melhoramentos urbanos, vem a troca das antigas denominações dos lugares urbanos. Em Pelotas um decreto municipal de 1889 muda a anterior “Rua do Comércio” para “Rua Rui Barbosa”. Em Porto Alegre, a capital, rasga-se novas avenidas e estas homenageiam os políticos da época: Borges de Medeiros, Otávio Rocha, Alberto Bins. Trata-se de dar novos nomes aos velhos lugares, bem como de marcar no espaço o espírito positivista que domina a época, com a abertura de novas vias e reordenando o espaço da cidade. Mudar o nome é mudar o significado daquele ponto no espaço: permanece a mesma localização mas muda-se o caráter do *lugar*.<sup>3</sup> Os novos nomes das vias, praças e outros elementos urbanos, anunciam uma nova ordem sobre a cidade.

Desde este período, o sistema de endereçamento em Pelotas segue as regras de uma combinação entre *nomes próprios* para os logradouros e de *números* para localizar as edificações, correspondendo estes últimos à distância desta, em metros, medida da origem do logradouro.

Na malha ortogonal correspondente ao centro comercial e de serviços da cidade, a numeração das ruas no eixo norte sul inicia junto ao Porto, aumentando no sentido sul/norte. Ao longo do eixo leste/oeste, a numeração parte novamente da beira da água, e cresce no sentido leste/oeste. Este fato tem suas explicações na origem da cidade, que na década de 40 tem seu crescimento limitado pelo canal (localizado ao sul e leste), precisando conquistar terrenos a oeste e a norte para sua expansão. A numeração possui, portanto, somente uma direção de crescimento.<sup>4</sup>

Quando o desenho de uma via cede lugar a uma praça, sua numeração é interrompida, e passa a valer uma nova contagem, que percorre seqüencialmente todos os lados da poligonal da praça.

Quando novas vias são incorporadas ao tecido urbano, sua denominação cumpre procedimentos determinados mais pelo hábito do que pela promulgação de normas específicas. O promotor imobiliário, na entrega do projeto de parcelamento do solo ao poder municipal, numera todas as vias e logradouros, bem como os quarteirões resultantes do parcelamento. Inicia a numeração designando a via principal como Avenida ou Rua 1, seguindo a numeração segundo a hierarquia das vias. Aprovado o projeto, esta planta é fornecida ao Registro de Imóveis, que efetuará a descrição da localização e dos limites do imóvel para cada unidade autônoma, no caso de edifícios ou de conjuntos residenciais, ou para cada lote, no caso de loteamento.

Não é atribuição do loteador ou do promotor imobiliário, ou mesmo do técnico municipal, nomear as vias e logradouros. Esta compete à Câmara Municipal, que através de Decreto Municipal estabelece a substituição do número por algum nome ilustre a ser homenageado pela municipalidade. Muitas ruas permanecem sem receber nova denominação, provavelmente porque estão no final da hierarquia do sistema viário, praticamente acessadas somente pelos seus próprios moradores. Simplesmente se apresentam como a “Rua Três do Loteamento Arco-Íris”, ou a “Rua Cinco do Conjunto Residencial Colina do Sol”. Sua saída do anonimato dependerá de alguma iniciativa local dos moradores ou de algum vereador. Em alguns casos, o nome das vias faz parte de uma

<sup>2</sup> Correspondem respectivamente às atuais ruas Andrade Neves, Alm. Barroso, Anchieta e Dr Cassiano.

<sup>3</sup> A antropóloga Denise Lawrence define o *lugar* como o *espaço* dotado de significado. O lugar como conceito sócio-espacial pode ser definido como “um sítio geográfico investido de valores morais”. LAWRENCE, Denise. Notas de palestra. São Paulo. FAUSP, 1994.

<sup>4</sup> Em outras cidades, onde a expansão urbana pode dar-se em mais de uma direção sobre o mesmo vetor, é freqüente a adoção dos pontos cardeais e de uma numeração referenciada a um ou eixo ou marco central, como o adotado em Brasília. Os pontos cardeais fazem parte do endereço urbano (p. ex.: SQS significa Super Quadra Sul).

estratégia de *marketing* do empreendimento, como nomear todas as vias como espécimes vegetais (como: Av. das Acáias, Rua dos Flamboyant) e há uma negociação com a Câmara para que os nomes sejam estabelecidos em conjunto com o loteador<sup>5</sup>. DUPLAY e DUPLAY (1985) apontam a dificuldade de reter na memória os nomes de personagens “...presentes no coração dos edis e que nem sempre são os mesmos no coração dos moradores”.

Na Lista Telefônica da Cidade de Pelotas de 1997 (CTMR, 1988), na seção *Lista de Endereços*, constavam vinte “Rua 5”, quatro “Passeio 5” e duas “Travessa 5”. Quando uma destas vias é “batizada”, passa a conviver com o novo nome, e a Lista remete à uma nova entrada, indexada pela sua nova letra inicial. Juntamente com outras tantas vias “nomeadas” por outros tantos números, quinze vias número 5 ainda aguardam na fila por uma identidade própria.

### **3.2 Denominação e numeração no conjunto habitacional moderno: o caso do Lindóia**

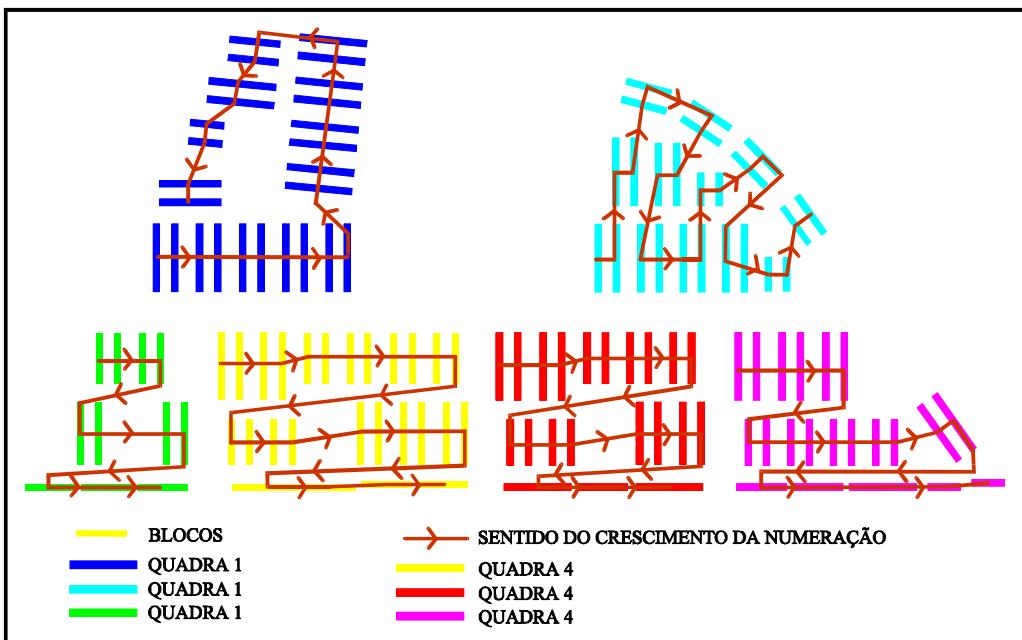
O conjunto Lindóia possui uma tipologia de unidades geminadas em *fitas* (blocos) superpostas. Em sua maior parte, as fitas são dispostas paralelamente, e justapostas pelos pátios de fundos, gerando um espaço frontal de acesso por vias de hierarquia variada. Seu *layout* que se pauta na independência da edificação em relação ao alinhamento das vias. O conjunto Lindóia possui uma clara intenção de hierarquização e diferenciação dos espaços exteriores. O espaço público corresponde ao Quarteirão Comunitário, e às vias públicas (avenida principal e vias de ligação). O espaço coletivo está contido em unidades espaciais claramente discriminadas: *as quadras*, sendo estruturado através de vias locais (os passeios) e praças. As unidades habitacionais, organizadas em blocos e seus pátios de fundo, compõe o espaço privado (ver FIG. 1).



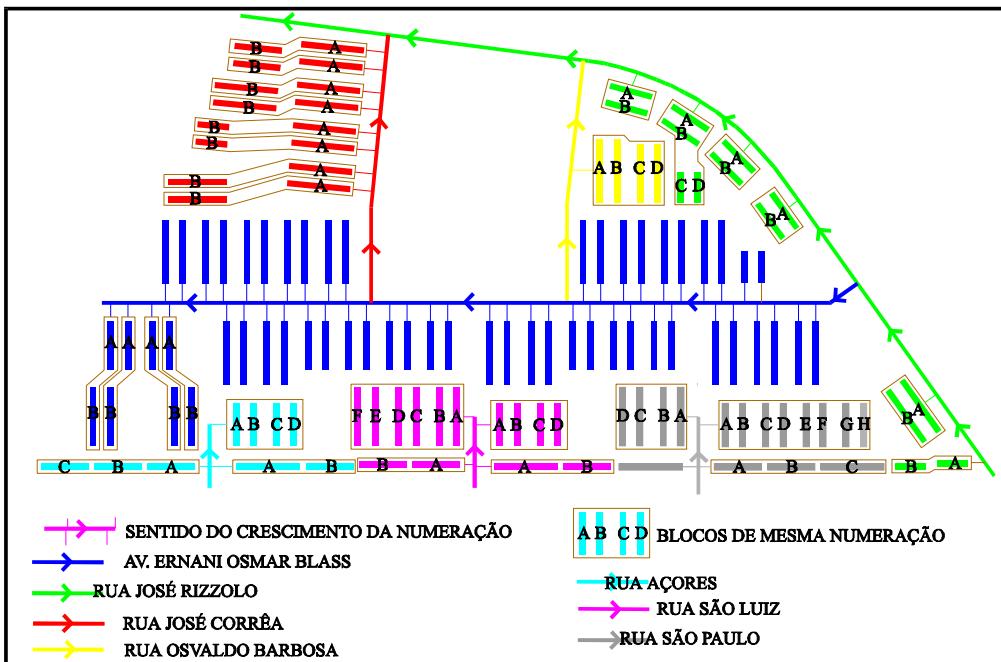
**FIGURA 1 - Conjunto Habitacional Lindóia - Projeto original.**

A quadras foram numeradas de 1 a 6, mas diferentemente de Brasília, seu número não indica sua amarração ao espaço do entorno (HOLSTON, 1995). Na Capital Federal o número da superquadra a localiza à leste ou à oeste da via expressa (o primeiro algarismo - números pares e ímpares, respectivamente), bem como sua posição relativa ao eixo monumental (os dois últimos algarismos). Para o Lindóia o projetista adotou para a numeração das quadras o critério da leitura de uma página impressa: da esquerda para a direita, de cima para baixo (ver FIG.1). Entretanto o conjunto tem uma entrada principal, e as quadras 2 e 6 são as primeiras que recebem os visitantes. Este fato levou o carteiro local a comentar: “*Lá no Lindóia, não era pra numerar diferente? Começa pelo “2” [Quadra 2] e depois vai para o “6” [Quadra 6]! Parece coisa de português!*”

<sup>5</sup> Entrevistas com técnicos do Cadastro Técnico Municipal - CTM e do Setor de Aprovação de Projetos da Secretaria de Serviços Urbanos de Pelotas – SMUMA. Jan. 1998.



**FIGURA 2 - Conjunto Habitacional Lindóia - Toponímia do projeto original**



**FIGURA 3 - Conjunto Habitacional Lindóia - Toponímia do Cadastro Técnico Municipal .**

Os blocos iniciam sua numeração pelo dígito correspondente à quadra onde se situam e apresentam mais duas casas decimais para “nomear” até 99 fitas. Assim, na Quadra 1, teremos os Blocos 101, 102, 103 e assim sucessivamente; na Quadra 2, os Blocos 201, 202, 203 e assim por diante. Cada praça tem seu nome vinculado à quadra onde se localiza: “Praça 5”, como consta no projeto, ou “Praça da Quadra 5”, como a ela se referem os usuários. Fica clara a pertinência da praça à quadra (ver FIG. 2). Verifica-se que o critério adotado para a denominação e numeração do Lindóia *procura dar novos nomes aos novos lugares*. Mas o projetista não contempla um sistema tão complexo e completo como o adotado em Brasília. O sentido da numeração dos blocos ora segue o correr dos ponteiros do relógio (FIG. 2, Quadra 2), ora o sentido contrário (FIG. 2, Quadra 1), ou ainda o de uma leitura de página impressa (FIG. 2, Quadras 3 a 6).

Já a numeração das *fitas* (ou blocos) adotada pelo Cadastro Técnico Municipal segue o critério aplicado à cidade: ao nome da via se segue um número que baliza a distância da edificação ao início da mesma. Quando a *fita* não



**FIGURA 4 - Conjunto Habitacional Lindóia. Quadra 1. Localização dos telefones segundo o endereço dos assinantes.**

faz diretamente frente à uma via, recebe o número da edificação mais próxima, seguida das letras do alfabeto (ver FIG. 3).

Portanto um endereço residencial de uma mesma unidade pode assumir as seguintes formas: *Quadra 5, Bloco 114, Ap. 1*, se usar os critérios do projeto original; se sua referência for o Cadastro Técnico Municipal seu endereço será: *Rua José Correa, N.º 151, Ap. 101*. Na Lista Telefônica o morador opta por manter a numeração do projeto original: *Rua José Correa, N.º 114, Ap. 1*. Para ter certeza que será localizado, o morador em algumas vezes oferece uma segunda alternativa de endereço, referenciando o bloco à avenida principal: *Rua Ernani Osmar Blass, N.º 114, Ap. 1* (ver FIG. 4).

Na convivência de dois sistemas de numeração a população escolheu o que é mais icônico: permaneceu com a numeração da edificação referenciada à quadra (a centena 100 para a Quadra 1, a 200 para a Quadra 2...) e adotou o nome das ruas mais próximas, pois um endereço oficial necessita de um logradouro como referência. Criou assim, uma terceira opção de endereçamento. Quando fornecem sua localização oralmente, os moradores costumam omitir o nome da rua e referenciam-se somente à quadra: “Eu moro na Quadra 6, Bloco 603, na entrada do Lindóia. É fácil...”

No Registro de Imóveis ainda permanece o sistema de ruas numeradas, e a CEEE e o SANEP utilizam o Cadastro Técnico Municipal.

#### 4. CONCLUSÃO

LYNCH (1960) identifica três componentes da imagem urbana: *identidade, estrutura e significado*. A identidade refere-se à individualidade, à diferenciação de uma imagem em relação às demais. Esta imagem deve estar conectada, proporcionando uma relação estrutural com o observador e com o contexto. Por último, a imagem deve apresentar um significado, seja ele prático ou emocional.

Uma alternativa de recuperarmos a legibilidade espacial, é propor um sistema de “reforço mútuo” em todos os signos onde ela pode ser expressada. Reforçar, portanto a redundância. Pierre Levi, em *As Tecnologias da Inteligência* no estudo dos processos cognitivos da *memória de longo prazo* expõe que um objeto tanto mais é lembrado quanto mais *conexões* neurais a ele tiver se referindo, quanto mais *associações* ele propiciar (LEVY, 1995: 80). Poderíamos aludir à metáfora do *hipertexto*. Quando falamos nos múltiplos sistemas de informações contidos nos endereços urbanos. “teoricamente um hipertexto é um conjunto de nós ligados por conexões.”(LEVY, 1995:33). Ao criar um novo sistema de endereçamento usando o nome da rua, mas mantendo o número do *bloco* que o referencia à *quadra*, os moradores estão “criando” um hipertexto; o número do bloco remete à posição na quadra; o número da quadra remete à sua localização no território do conjunto. Se, no lugar de um nome aleatório, a rua fosse denominada “Rua do Colégio”, teríamos um *link* à uma referência visual (o prédio da escola) e à uma função (o ensino). Se a forma do logradouro e sua posição na hierarquia viária é expressa no seu nome (perimetral, diagonal, avenida, rua, travessa, passeio, beco), temos uma nova remessa à estrutura e um reforço na identidade. Por fim, se os logradouros forem denominados através de um coletivo de usuários, o significado será reforçado. Como enuncia LEVY (1995:81): “Quanto mais estivermos pessoalmente envolvidos com uma informação, mais fácil será lembrá-la.”

*Portanto a questão da denominação de logradouros não se resolve somente através de uma normalização, de um código coerente de especialistas.* A participação dos usuários no processo de significação do espaço, a imagem de uma “coletividade pensante” (LEVY, 1995: 163), onde usuários e suas várias linguagens, ferramentas, espaços e emoções estejam envolvidos, certamente engendrará um meio ambiente mais confortável e estimulante.

Cabe lembrar as ainda atuais palavras CHOAY publicadas, no ano de 1965 em *Urbanismo: Utopias e Realidades*, mesmo sem ainda a presença unificadora da Internet:

“O urbanista deve deixar de conceber a aglomeração urbana exclusivamente em termos de modelos e de funcionalismo. É preciso parar de repetir fórmulas fixas que transformam o discurso em objeto para definir sistemas de relações, criar estruturas flexíveis, uma pré-sintaxe aberta a significados ainda não constituídos. [...] Ninguém hoje sabe qual será a cidade de amanhã. Talvez ela perca uma parte da riqueza semântica que possuiu no passado. Talvez seu papel criador e formador seja assumido por outros sistemas de comunicação (televisão ou rádio, por exemplo). Talvez assistamos a proliferação, pôr todo o planeta, de aglomerados urbanos, indefinidamente extensos, que farão o conceito de cidade perder todo o significado. [...] Ainda que a cidade do futuro funcione perfeitamente, ainda que seja adaptada às novas condições de vida, como as cidades medievais o eram às exigências de sua época, ela só conservará seu valor semiológico com a convivência de seus habitantes, com o jogo ou astúcia destes.”

Os moradores do Lindóia ao subverter com astúcia o sistema oficial de denominação e numeração dos elementos urbanos do conjunto habitacional Lindóia, já começaram a jogar um novo jogo: o do coletivo.

## BIBLIOGRAFIA

- CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- DEL RIO, Vicente, Oliveira, Lívia.org. *Percepção Ambiental. A experiência brasileira*. São Paulo, Studio Nobel, 1996.
- DUPLAY, Claire e DUPLAY, Michel. *Méthode Illustrée de Crédation Architecturale*. Paris: Éditions du Moniteur, 1995.
- DUVAL, Maria da Graça da Silveira. *Legibilidade de layout e apropriação de espaços abertos coletivos*. PROPUR – UFRGS (Dissertação de Mestrado), 1997.
- FERRARA, Lucrecia D' Alessio. *Olhar periférico*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- HOLSTON, James. A cidade modernista. Uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- KOLSDORF, Maria Elaine: *Gestalt Urbana: Considerações sobre os espaços do Plano Piloto de Brasília*. Brasília: DAU/UnB, 1975.
- LAY, Maria Cristina Dias. *Responsive site design. user environmental perception and behavior*. Oxford School of Architecture - Oxford Polytechnic. (Tese de Doutorado), 1992.
- LEITE DE SOUZA, Carlos. Mapas Cognitivos, Ambiente Construído e APO. *Estudos Avançados/ Coleção Documentos* (22). São Paulo: IEA -USP, 1995.
- LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: O futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Editora 34, 1995.
- LISTA TELEFÔNICA 560. Pelotas, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu. Pelotas - 1997: CTMR – Companhia Resistência e Melhoramentos de Pelotas / LISTEL – Listas Telefônicas S. A., 1997
- LYNCH, K. *The image of the city*. Massachutsets: MIT , 1960.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa, .Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.
- NEWMAN, Oscar. *Defensible Space. Crime prevention through urban design*. New York: Macmillan Company, 1972.
- TUAN, Yi-Fu. *Topofilia. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980
- TURKIENICZ, Benamy, org. *I SEDUR. Anais*, São Paulo: Pini, 1984.
- TURKIENICZ, Benamy, MALTA, Mauricio, orgs. *II SEDUR.. Anais*, São Paulo: Pini, 1986.